

MERCADO GLOBAL

Incerteza no mercado global é desafio para indústria gaúcha

Barreiras tarifárias dos EUA afetam competitividade do setor moveleiro, metalúrgico e calçadista

Marcus Meneghetti

O tarifaço imposto pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, causou uma redução de 16,6% nas exportações brasileiras para aquele país nos últimos 12 meses, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). A indústria gaúcha viu suas exportações diminuírem 22,42% no mesmo período. Mas, além de encarecer os produtos brasileiros no mercado estadunidense, a taxaço trouxe muita incerteza ao mercado global.

Desde abril de 2025, quando Trump anunciou as tarifas na Casa Branca, as alíquotas aplicadas sobre os produtos brasileiros nos Estados Unidos já mudaram pelo menos seis vezes. As constantes mudanças nas alíquotas e nos produtos taxados prejudicam o planejamento das indústrias.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), Cláudio Bier, discutiu o tema com empresários estadunidenses durante uma missão aos EUA no início de maio.



No chamado 'Dia da Libertação', em abril de 2025, presidente dos EUA impôs tarifas a 180 países, medida revogada pela Suprema Corte em fevereiro deste ano

“Hoje a principal dificuldade (da indústria gaúcha) é a falta de previsibilidade. As empresas precisam planejar produção, contratos, logística, investimentos e relacionamento com clientes. Quando as regras mudam rapidamente, tudo fica mais difícil”, analisou o presidente da Fiergs após a agenda nos EUA.

Depois que a Suprema Corte dos EUA derrubou o tarifaço em fevereiro por considerar o mecanismo jurídico evocado por Trump ilegal, o chefe da Casa Branca se valeu de outra lei para reestabelecer uma

tarifa de 10% para diversos produtos. Contudo, na prática, a decisão da Justiça isentou diversos setores e diminuiu a alíquota cobrada sobre outros produtos.

Atualmente, a exportação de mais de 800 produtos brasileiros ao mercado estadunidense está isenta, conforme o MDIC. É o caso da carne, café, combustíveis, óleos, aeronaves e peças de motores.

Por outro lado, o Observatório Nacional da Indústria, divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), aponta que mais de

5 mil produtos seguem pagando tarifas de 10% a 50%. A exportação de calçados, móveis de madeira e roupas paga de 10% a 25% para entrar no mercado estadunidense. O aço, o cobre e o alumínio brasileiros são os itens mais taxados, com alíquotas de 50%.

Mesmo com a redução das alíquotas, Bier afirma que o setor industrial gaúcho ainda sofre o impacto do tarifaço. “Boa parte da indústria gaúcha ainda enfrenta barreiras para vender aos Estados Unidos. Tem setores como

metalurgia, máquinas e equipamentos, madeira, móveis e autopeças que continuam bastante pressionados. O caso da madeira é um exemplo claro. Mesmo com a redução da tarifa, grande parte dos produtos do setor continua atingida pelas restrições americanas”, explica.

E complementa: “A indústria gaúcha sentiu bastante a perda de competitividade no mercado americano. E, quando perde competitividade, perde espaço, perde mercado e perde margem. Isso afeta diretamente as empresas e os empregos.”

Confira a linha do tempo com seis mudanças importantes no tarifaço dos EUA

2025

12 de março

Dois meses após Donald Trump assumir o seu segundo mandato na presidência dos EUA, em janeiro de 2025, os primeiros produtos a serem taxados foram o aço e o alumínio. Em 12 de março do mesmo ano, a alíquota de 25%, que posteriormente subiu para 50%, passou a ser cobrada do setor metalúrgico brasileiro. Mais tarde, o cobre foi incluído nessa lista.

2 de abril

O tarifaço deixou de ser uma política setorial para se tornar uma política global em 2 de abril de 2025, no chamado “Liberation Day” (Dia da Libertação). Na ocasião, Trump apresentou, no jardim da Casa Branca, a tabela com a primeira lista de tarifas aplicadas a produtos de cerca de 180 países. O Brasil foi afetado por uma alíquota linear de 10%, que recaiu sobre mais de 5 mil produtos exportados aos EUA.

6 de agosto

Alguns meses após o Liberation Day, o presidente dos Estados Unidos criou uma tarifa adicional de 40% ao Brasil – o que elevou a tarifa aplicada sobre os produtos brasileiros a 50% a partir de 6 de agosto de 2025. Ao justificar a medida, Trump criticou o Supremo Tribunal Federal (STF) pelo julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), condenado por tentativa de golpe de Estado. Supostas práticas de concorrência ilegal também foram mencionadas, como o uso do sistema de pagamentos eletrônico e instantâneo Pix e tarifas sobre o etanol.

20 de novembro

Trump retirou a tarifa adicional de 40% de 238 produtos brasileiros em novembro de 2025, retornando à alíquota inicial de 10%. Entre os produtos, estavam carne, café, suco de laranja, frutas, fertilizantes, entre outros.

2026

20 de fevereiro

Em fevereiro deste ano, houve mais uma reviravolta nas tarifas. Dessa vez, a Suprema Corte estadunidense revogou o tarifaço ao considerar ilegal o mecanismo jurídico utilizado por Trump – a lei de 1977 conhecida como “International Emergency Economic Powers Act” (Ato de Poderes Econômicos em Emergências Internacionais).

21 de fevereiro

Imediatamente após a decisão da Suprema Corte, Trump evocou outra lei – a Seção 122 da Lei de Comércio de 1974 – para reestabelecer uma tarifa de 10% sobre diversos produtos. Contudo, essa taxa não é tão abrangente quanto aquela estabelecida em abril de 2025. Além disso, a medida, que entrou em vigor no dia 24 de fevereiro de 2026, vale por 150 dias – até 24 de julho. Após esse período, deve ser votada no Congresso.

A última taxaço beneficiou alguns setores brasileiros, como a indústria de calçados, cuja alíquota foi reduzida de 50% para 10%. No entanto, outros setores permanecem com a taxa máxima de 50%, como é o caso do aço, cobre e alumínio (cujas tarifas foram aplicadas com base em outra legislação, a chamada Seção 232 da Lei de Expansão Comercial de 1962).